

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.553 - DF (2019/0297470-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : MAPFRE VIDA S/A
ADVOGADOS : KÁTIA MARQUES FERREIRA - DF030744
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - DF038706
FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO - DF040859
RECORRIDO : JONAS ARAUJO LUCIANO
ADVOGADO : GREGORY BRITO RODRIGUES - DF042416

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, interposto contra acórdão proferido pelo TJDF assim ementado (e-STJ fl. 771):

APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA MILITARES. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INVALIDEZ PERMANENTE DEMONSTRADA. COBERTURA INTEGRAL.

1. Se as provas juntadas aos autos são suficientes para firmar a convicção do magistrado acerca da matéria posta em juízo, não há que se falar em cerceamento de defesa, em face da não realização de prova pericial, com o julgamento antecipado da lide. Preliminar rejeitada.
2. O prazo prescricional da pretensão de pleitear indenização securitária é de um (1) ano, contado da ciência inequívoca da invalidez permanente. Inteligência do art. 206, § 1º, inciso II, alínea "b", do CC/2002, e do Enunciado nº 278, da Súmula do STJ. Prescrição rejeitada.
3. Em se tratando de seguro de vida destinado exclusivamente a militares, e comprovada a invalidez permanente do segurado, pois demonstrada a sua incapacidade para o serviço militar, ainda que a capacidade de existência autônoma não seja afetada pelo evento, é devida a indenização, sem limitações à cobertura securitária. Precedentes do TJDF.
4. Apelo não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 845/850).

Em suas razões (e-STJ fls. 853/906), a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 370, parágrafo único, e 355, I, do CPC/2015. Argumenta que "o acórdão recorrido violou os artigos 355, inciso I e 370 ambos do Código de Processo Civil, incorrendo em cerceamento de defesa, vez que considerou que a prova documental constante nos autos seria suficiente para ensejar o julgamento antecipado do feito, quando na realidade, esta possui presunção apenas relativa de veracidade, a qual pode ser afastada por prova pericial" (e-STJ fl. 862).

Suscita, ainda, contrariedade aos arts. 757 e 760 do CC/2002. Defende que "não há como relativizar a cobertura de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença - IFPD em casos em que a incapacidade é apenas para o desempenho de atividades laborais, vez que esta possui cobertura própria denominada de Invalidez Laboral Permanente Total por Doença -

ILPD" (e-STJ fl. 870).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 992/1.015).

É o relatório.

Decido.

A insurgência merece prosperar.

O Tribunal de origem entendeu que não seria lícita a limitação da cobertura securitária. Confira-se (e-STJ fl. 774):

Dessa forma, não resta dúvida de que se caracterizou a invalidez permanente para o exercício de atividade laboral, gerando direito à indenização securitária, nos moldes estabelecidos no *decisum* recorrido, não havendo que se falar em limitação da cobertura securitária.

Contudo, tal entendimento diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é legítima a diferenciação entre o seguro por invalidez funcional (IFPD) e o por incapacidade laboral (ILPD), inexistindo abusividade na cobertura prevista apenas em casos de perda de vida independente quando a apólice refere-se ao seguro IFPD. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. COBERTURA DE INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA (IFPD). CIRCULAR SUSEP N. 302/2005. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO ACERCA DOS LIMITES DA COBERTURA. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Na Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD), a indenização se dará no caso de invalidez consequente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, ocorrida quando o quadro clínico incapacitante inviabilizar de forma irreversível o pleno exercício das relações autônômicas do segurado.

1.1. Não obstante o alcance da cobertura IFPD ser mais restritivo do que o da cobertura Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD), inexistente abusividade, ilegalidade ou afronta ao princípio da boa-fé objetiva, porquanto não caracterizado nenhum benefício excessivo da seguradora em detrimento do segurado. Precedente.

2. Na espécie, não houve comprovação do prévio esclarecimento do segurado sobre o tipo de cobertura contratada e suas especificidades, a evidenciar o descumprimento do dever de informação. Assim, infirmar as conclusões do acórdão encontraria óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.272.015/SC, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2018, DJe 29/6/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. INCAPACIDADE PERMANENTE PARA A PROFISSÃO. DESEMPENHO DE ATIVIDADES LABORAIS. DEFINIÇÃO DA APÓLICE: INVALIDEZ FUNCIONAL. ATIVIDADES AUTÔNOMICAS DA VIDA DIÁRIA. PRESERVAÇÃO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INDEVIDA. RECURSO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "não se revela abusiva a cobertura securitária de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD) condicionada à constatação de incapacidade decorrente de doença que cause a perda da existência independente do segurado, vale dizer, a irreversível inviabilidade do pleno exercício de suas relações autônômicas (artigo 17 da Circular SUSEP 302/2005)" (REsp 1.449.513/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 19.03.2015).

2. No referido julgado, definiu-se que a cobertura da Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença (ILPD) depende da verificação da incapacidade decorrente de doença para a qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação, com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, para a atividade laborativa principal do segurado.

3. O acórdão recorrido dissentiu do entendimento adotado pela jurisprudência do STJ, de que "inexiste ilegalidade na cláusula que condiciona o pagamento da indenização securitária, em caso de invalidez por doença, à incapacidade permanente total do segurado" (AgInt no AREsp 1.185.798/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 9/3/2018).

4. Agravo interno provido, com a reconsideração da decisão agravada e o provimento do recurso especial, para julgar improcedente o pedido.

(AgInt no AREsp 1.231.294/SP, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES – DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO –, QUARTA TURMA, julgado em 07/6/2018, DJe 15/6/2018.)

Assim, tendo o TJDFT reconhecido que a invalidez do segurado era apenas para realizar suas ocupações laborais, inexistindo perda da vida autônoma, e que a apólice contratada previa cobertura somente para a incapacidade funcional, deve ser reconhecida a ausência de cobertura.

Por fim, fica prejudicada a análise da questão remanescente.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para julgar improcedente a pretensão inicial, ante a inexistência de direito à cobertura por invalidez laboral, nos moldes da jurisprudência do STJ, invertendo-se os ônus sucumbenciais fixados na origem.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator